

Pesquisa: povo quer plebiscito

Oitenta e um por cento das pessoas ouvidas em uma pesquisa de opinião realizada pelo Instituto de Levantamentos, Pesquisas e Marqueting (LPM) consideram que o atual Congresso não pode adotar o regime parlamentarista sem a prévia realização de um plebiscito. A maioria dos eleitores que compõem a amostra (58 por cento) afirmou que não teria votado no deputado ou senador que elegeu se soubesse de sua posição favorável ao parlamentarismo e 60 por cento revelaram que não votarão novamente no constituinte que optar por este regime de Governo quando chegar o momento de decidir o regime de governo na nova Constituição.

A pesquisa foi realizada em cinco capitais brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba e Recife — abrangendo um universo total de 1.046 pessoas. Nela ficou demonstrado que 68 por cento dos entrevistados não concordam com a hipótese de o Presidente da República não exercer a chefia do Governo em sua plenitude, o que no regime parlamentarista caberia a um primeiro-ministro eleito pelo voto indireto. E 77 por cento não aceitam a proposição contida no projeto de Constituição do relator Bernardo Cabral, que prevê a eleição indireta para Presidente da República em segundo turno.

Uma outra pesquisa realizada pelo Instituto Gallup de Opinião Pública também deixa claro que a maioria da população acredita que quem deve mandar no País é o Presidente da República. De um total de 640 pessoas ouvidas no Rio, 45 por cento expressaram esta posição, enquanto em São Paulo registrou-se uma maioria de 43 por cento das 628 pessoas pesquisadas.

Caso seja aprovado o parlamentarismo, o nome mais cotado para ser o primeiro-ministro, nas cinco capitais pesquisadas pela LPM, foi o do senador Mário Covas, com 20 por cento das escolhas; em segundo ficou o senador Marco Maciel, com 15 por cento; e em terceiro o presidente da Assembléia Nacional Constituinte, da Câmara dos deputados e do

FORRENO BRAZILIENSE

5 OUT 1987

PMDB, Ulysses Guimarães, com 12 por cento. Contudo, 36 por cento não escolheriam nenhuma das personalidades citadas. Além dos três parlamentares, a lista incluía ainda o deputado Bernardo Cabral, os líderes Fernando Henrique Cardoso, Carlos Sant'Anna e Luiz Henrique, além do senador José Richa, todos do PMDB.

De acordo com a pesquisa do Gallup, 67 por cento da população do Rio de Janeiro e de São Paulo defendem a realização de eleições diretas para Presidente da República em 88. A maioria dos pesquisadores também considera que o Congresso deveria ser renovado no próximo ano. Esta posição é defendida por 56 por cento das pessoas do rio e 66 por cento de São Paulo. Nas duas cidades, no entanto, a preocupação maior demonstrada foi em relação à capacidade do País de enfrentar seus problemas econômicos. Em São Paulo, 51 por cento das pessoas não confiam que o presidente José Sarney possa resolver os atuais problemas econômicos brasileiros, enquanto no Rio exatos 49 por cento acreditam em sua capacidade e outros 49 por cento são de opinião contrária. A pesquisa mostra que as pessoas confiam menos ainda na capacidade dos militares e dos constituintes para encontrarem as soluções para as questões econômicas. Os militares contam com 59 por cento da desconfiança dos paulistanos e 51 por cento dos cariocas enquanto os constituintes têm 59 por cento e 55 por cento, respectivamente.

Já no trabalho realizado pela LPM foram abordadas algumas outras questões relacionadas a temas incluídos no projeto de Constituição elaborado por Bernardo Cabral. A redução da receita tributária da União, com a transferência de recursos para os estados e municípios, foi desaprovada por 70 por cento da população das cinco principais capitais do Brasil, porque acarretaria um aumento nos impostos federais.

No caso da reforma agrária, 53 por cento da amostra consideram que a imissão de posse e as regras para a distribuição de terras deve constar da Carta Constitucional, enquanto 40 por cento acham que deve ser objeto de uma legislação especial.